

**O PÓS-GOLPE E O ‘DES-ENFRENTAMENTO’ DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL**

Milena de Oliveira Evangelista[[1]](#footnote-1) Sérgio Sauer[[2]](#footnote-2)

**GT 9:** Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

**RESUMO**

O tema da segurança alimentar e do combate à fome tem adquirido força nos últimos tempos, agravado pela pandemia, que resultou em fechamentos de comércio, menor mobilização de recursos, desemprego, perda de renda, etc. Para além das consequências trazidas pelo isolamento social, deve-se também observar de que maneira os Estados Nacionais conduziram a situação durante a pandemia, expandindo a análise para o campo político. O artigo apresenta dados e uma historicização evidenciando que, apesar das políticas restritivas adotadas mundialmente por conta do vírus, o Brasil sofreu um grave desmantelamento de políticas públicas que eram voltadas para o combate à fome desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Esses dados demonstram a destruição de políticas públicas, inclusive as voltadas para o campo, e a natureza das ‘soluções’ no enfrentamento à insegurança alimentar, mais voltadas para a neoliberalização dos recursos, especialmente após 2019, sendo apenas agravado pela pandemia.

**Palavras-chave**: Alimentação, Fome, Covid-19, Bolsonaro, Políticas públicas.

**INTRODUÇÃO**

A partir do final de fevereiro de 2020, com o primeiro caso de Covid-19 (Sars-Cov-2) confirmado no Brasil, as precárias condições sanitárias, de renda e trabalho de todas as regiões foram agravadas. Os níveis de Segurança Alimentar (SA) e acesso aos alimentos, que estavam em crescimento desde 2004 até 2013, durante os governos Petistas, começaram a despencar. Os investimentos públicos de enfrentamento à insegurança foram seguidos por uma crise alimentar, iniciada a partir de 2014 e intensificada com impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Os investimentos minguaram, com declínios ano a ano, sendo que essa forte defasagem foi agravada com a pandemia. Esta agravou uma esfera já debilitada de políticas públicas – trazendo à tona desigualdades sociais históricas como a ameaça ao Direito Humano à Alimentação Adequada (SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020).

A partir de uma breve retomada histórica, com retrocessos relevantes de políticas públicas, compreende-se o des-enfrentamento brasileiro de todos os níveis de insegurança alimentar durante o contexto pandêmico. As políticas públicas sociais adotadas de forma emergencial pelo governo Bolsonaro mostraram-se insuficientes e ineficazes.

ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA

Um dado que evidencia tal contexto de piora é a comparação dos resultados dos indicadores sociais obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Instituto Brasileiro de Geografia Estatístca (IBGE) que, entre 2004 e 2013, apresentaram um crescente aumento da Segurança Alimentar e atenuação da Insegurança Alimentar. Como apontado pela PNAD 2013, o Brasil atingiu o maior nível de segurança alimentar em toda a sua história, com 77,4% (GALINDO et al, 2021). Ribeiro-Silva et al (2020) informam que houve uma redução de 9,4% do nível de subnutrição no país entre os períodos de 1999-2001 e 2008-2010.

Entretanto, até mesmo nos governos petistas também se observa um declíneo nos avanços citados. Apesar da redução significativa de investimentos destinados à segurança social estar centrada na crise de 2014, há desde 2013 um crescimento dos índices de Insegurança Alimentar grave, que aumentaram cerca 8% ao ano até 2018, já após o *impeachment*, enquanto a Segurança Alimentar decresceu significativamente (POF, 2017-2018), tendo uma queda identificada de 14,1% comparada com 2013 (Ibidem, 2021).

Um ponto destacado por Schottz (2019) que ajuda na compreensão desse processo é a má repercussão que o *impeachment* de 2016 causou quanto à *permeabilidade* do sistema estatal quanto às demandas da sociedade civil. Dessa forma, o desmonte estatal, inclusive frente aos programas alimentares, como de distribuição de alimentos, SA, etc. Foram incentivados, sendo alguns deles supridos por produtos da agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2017, por exemplo, sofreu um corte de 98% em relação ao ano de 2016 (SCHOTTZ, 2019).

Intensificando ainda mais a situação, ao assumir a presidência da república em janeiro de 2019, um dos primeiros atos de Jair Bolsonaro, na época filiado ao PSL, foi extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Em conjunto à atenuação do crescimento econômico do país, tal ato, assim como o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, aprovado pela emenda constitucional 95 em 2016, minguou ainda mais as possibilidades de estabelecimento e continuidade de políticas públicas voltadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), evidenciando a displicência do Estado para o agravamento das desigualdades sociais, e omissão de auxílio às populações vulneráveis atingidas pela insegurança alimentar e nutricional. Porém, é a partir de 2020, ano do estouro da pandemia, que os efeitos das medidas desprotetivas de Michel Temer e Bolsonaro passaram a ser ainda mais sentidas.

Em razão do alto nível contaminação da Covid-19 durante a pandemia, resultando na necessidade de medidas restritivas para contenção do avanço do Coronavírus, como o distanciamento social, teletrabalho, fechamento integral ou parcial de estabelecimentos comerciais e indústrias, evidenciou-se uma queda brusca e inesperada na atividade econômica do país. O impacto econômico é ainda mais abrupto quando se observa que, antes da pandemia, a projeção para o primeiro trimestre era de um crescimento de 2% do PIB brasileiro, sendo que, após o início do surto, as expectativas passaram a apontar para uma queda de 4,5% (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020) . A partir de então, uma grande parte da população foi acometida pelo desemprego e endividamento, diminuindo a renda familiar e per capita dos domicílios brasileiros (IBGE, 2018; IBGE; VIGISAN, 2020). Desta forma, a queda da Segurança Alimentar das famílias brasileiras decresceu de forma intensa e abrupta de 2018 a 2020, pela falta de políticas públicas e incentivos destinados a essa seguridade social e com agravante da pandemia - a Insegurança Alimentar grave teve aumento de 27,6% de ano a ano nesse período (IBGE, 2018; VIGISAN, 2020).

A redução de renda afetou diretamente o poder de compra da população para além do encarecimento crescente dos insumos alimentares em todo o país, pela alta inflação. O IBGE registrou que desde abril de 2020, o arroz, alimento básico para inúmeras famílias brasileiras, ficou 69,80% mais caro, e a batata inglesa passou a custar 47,84% a mais em 2020. Entretanto, a inflação atingiu menos agressivamente alimentos ultraprocessados, que apesar de fácil acesso e consumo, possuem baixo valor nutricional, colaborando com o agravamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no país.

A relação entre consumo excessivo de alimentos com baixo valor nutricional e IA inquietava estudos sobre SA desde a década de 40, onde Josué de Castro (2006) declarava a “fome oculta” como um dos principais enfrentamentos do país, pois a baixa ingestão de nutrientes essenciais, como vitaminas e minerais, e altas taxas de sobrepeso e obesidade ligados ao excesso de ultraprocessados, traria efeitos negativos à qualidade de vida populacional. Portanto, a pandemia de COVID-19 soma-se a problemas debatidos há décadas, com déficit de políticas de proteção social de enfrentamento à IAN que já haviam sido colocadas em prática.

Os índices de 2017 em relação ao estado nutricional dos beneficiários do programa Bolsa Família[[3]](#footnote-3), programa integrado de transferência direta de renda e cadastramento único, mostraram que 12,6% das crianças menores de 5 anos apresentavam déficit de crescimento, e 5,3%, desnutrição aguda (IBGE, 2017). Ao mesmo tempo, pela facilidade de acesso de ultraprocessados em relação ao aumento de preço de alimentos saudáveis, 13% dessa população, crianças com menos de 5 anos, apresentam excesso de peso. Além disso, as repercussões negativas da pandemia no consumo alimentar vão além, pois também se admite o aumento de transtornos alimentares durante o período de isolamento social e/ou inatividade física (RIBEIRO-SILVA, 2020).

Os sistemas de saúde, como Unidades Básicas de Saúde e o Sistema Único de Saúde como um todo, há algum tempo já lidavam com situações precárias de atendimento, como falta de remédios, leitos, devido à falta de investimento necessário. Porém, após o agravamento da crise epidemiológica no Brasil, a situação se intensificou. A exposição dos trabalhadores da saúde em relação aos riscos biológicos de contaminação era expressiva, visto que o Poder Executivo negligenciou medidas de contenção do vírus, como a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) para trabalhadores mais vulneráveis à contaminação; além de que os serviços de saúde sobrecarregados e o medo da população de se contaminar[[4]](#footnote-4) em ambientes hospitalares intensificou os níveis de vulnerabilidade social. Desse modo, tornaram-se necessárias maneiras de mensurar os efeitos dos níveis de desigualdade relacionados ao acesso alimentar.

Para isso, são utilizados dados de clivagens geográficas, gênero, raciais e socioeconômicos, a fim de identificar padrões específicos até então mais omissos que apresentem possíveis causas ou origens desta desigualdade. A partir deles, percebe-se que os níveis de Segurança Alimentar foram inferiores a 40% nos estados do Norte do país, e a 30% no Nordeste, além disso, apresentaram maiores níveis de Insegurança Alimentar grave nas áreas rurais das regiões (VIGISAN, 2020). Em localidades afetadas por períodos extensos de estiagem, com a ocorrência de insegurança hídrica, os níveis de insegurança alimentar dobravam. Nas residências entrevistadas pelo inquérito VigiSAN[[5]](#footnote-5), quando a pessoa de referência responsável pelo sustento da casa era uma mulher, os níveis de segurança alimentar eram menores em comparação às residências mantidas por homens. A segurança alimentar também se relaciona inversamente às famílias autodeclaradas de pele preta ou parda, e/ou com baixos níveis de escolaridade (VIGISAN, 2020). Assim, os níveis de segurança alimentar relacionados às camadas de desigualdades sociais que se apresentam no país foram maximizados pela pandemia.

O efeito negativo da pandemia, após um período de declínio de investimentos e com condições precárias de vida e trabalho atingindo parte significativa da população sobre a Segurança Alimentar das famílias, demonstra o caráter urgente de ações e políticas públicas para assistência de classes mais vulneráveis. Mesmo antes da crise epidemiológica, muitos brasileiros já estavam, por exemplo, inseridos no mercado de trabalho informal (VIGISAN, 2020), sendo atingidos por frágeis vínculos empregatícios. Com isso, muitas das demissões não foram amparadas por direitos trabalhistas, deixando muitos brasileiros em situações de extrema vulnerabilidade.

Além de ações específicas para promoção de Segurança Alimentar e nutricional, o monitoramento dos indicadores demonstra a necessidade de políticas públicas estruturais e mobilização da sociedade civil organizada, destinadas à atenuação das desigualdades sociais, como as anteriormente citadas, de gênero, sócio geográficas, raciais e socioeconômicas, e demais inquietudes da população do país.

Diante do agravamento de grupos em vulnerabilidade social, o Congresso Nacional aprovou como medida compensatória o Auxílio Emergencial, destinado aos trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Inicialmente, a Lei nº 13.982/2020 previu o pagamento de quatro parcelas de R$ 600 ou R$ 1200 (para mães solo) mensais a partir de abril de 2020 aos cidadãos elegíveis. Entretanto, pela duração da pandemia, se estendeu até meados de 2021, com valores cada vez mais reduzidos: de R$ 600,00 para R$ 300,00 e em seguida para R$ 150 mensais. Desse modo, a medida mostrou-se insuficiente para cobrir até mesmo as condições básicas da população, como aluguel, impostos, saneamento básico, transporte e segurança alimentar, já que seu baixo valor e duração limitada resultaram no aumento dos níveis de IA.

A partir de uma amostra representativa da população geral, por meio de entrevistas domiciliares com margem de erro máximo de 2,1 pontos percentuais para mais ou para menos em seus resultados obtidos, o inquérito VIGISAN, utilizando a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), constatou o efeito negativo da pandemia do Coronavírus sobre a Segurança Alimentar das famílias nas cinco regiões, embora ainda houvesse desigualdades entre elas (VIGISAN, 2020). Os indicadores expressaram que a maior parte do Brasil vive em Insegurança Alimentar: 54,2% Ademais, 9% indicaram ocorrência de fome, com casos mais expressivos em áreas rurais do país.

DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CAMPO

Apesar dos programas que beneficiaram a sustentabilidade da segurança alimentar e agricultura familiar durante os governos petistas, estes avanços foram enfraquecidos, ou até mesmo extintos a partir da interinidade de Michel Temer (PMDB) em 2016. Em uma de suas primeiras medidas provisórias, a Medida Parlamentar (MP) 726, Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o incorporou ao Ministério do Desenvolvimento Social, resultando em um desmonte e paralisação de ações públicas que estavam sendo implementadas até então com participação de sindicatos rurais, que passaram a ter uma atuação inexpressiva (MATTEI, 2018). O desmonte das políticas públicas voltadas para o meio rural familiar e abastecimento sustentável não afetou exclusivamente a classe dos trabalhadores do campo, mas toda a estrutura alimentar do país.

A situação se revela ainda mais preocupante se forem observados alguns dados que dimensionam o papel da agricultura familiar no país: ela responde por 70% da produção de alimentos, emprega 74% da força de trabalho do campo usando 24% das terras agricultáveis, em que pese receber apenas 14% do subsidiado crédito agrícola nacional (IPEA, 2011). Nos últimos governos, foram registrados alguns avanços para esse setor, embora segmentados e localizados (CUNHA, 2017, p. 3).

Ainda que o PAA tenha tido reconhecimento internacional como estratégia exemplar de combate à insegurança alimentar, em 2016 teve seu repasse que anteriormente atenderia a mais de 50 mil famílias de agricultores, reduzido radicalmente por um decreto durante o governo Temer. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), também foi suspenso no primeiro semestre do governo interino; entretanto, devido às pressões sociais, foi reestruturado com diversas mudanças que reduziram o auxílio do programa. Em síntese, o governo Temer assumiu demandas que pretendiam favorecer a produção agrária exportadora, assim como retroceder a territorialização exercida por meio da Reforma Agrária, reservas quilombolas, indígenas e extrativistas (CUNHA, 2017).

Sendo assim, embora a exportação de commodities sempre tenha sido a mais contemplada pelas ações públicas, a partir do impeachment os produtores agrários exportadores retomaram o protagonismo nos direcionamentos da agenda do Estado com o governo Temer.

O processo de mercantilização dos patrimônios naturais se intensificou com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, que em seu primeiro dia de mandato extinguiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF) (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020; FERNANDES et al, 2020). Além disso, uma das ações mais simbólicas do desmonte às políticas públicas de incentivo à Segurança Alimentar no governo Bolsonaro (2019-2022) foi exercida por meio da MP 870, também alterada no primeiro dia do governo de Bolsonaro, que encerrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que integrou ativamente agendas em prol da SAN no Brasil, desde sua criação em 2010 (CASTRO, 2019).

A extinção do Consea desorganizou a nível nacional a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome no momento em que a taxa da população em extrema pobreza chegou ao maior patamar desde o início da série histórica, em 2012. Desde 2015, 4,5 milhões de pessoas ingressaram na faixa de extrema pobreza (MELITO, 2020 apud GUIMARÃES, 2022, p. 30).

A classe dos agricultores, em grande parte provenientes de assentamentos rurais de agricultura familiar, que se viam em situação de vulnerabilidade social antes mesmo do agravamento da pandemia e a necessidade das medidas preventivas de isolamento e distanciamento recomendadas pela ONU, tiveram seus cenários socioeconômicos agravados. O fechamento de restaurantes, feiras livres e mercados locais, além da dificuldade de deslocamento, pelo fechamento temporário de vias e redução de frotas de ônibus, fizeram com que seus canais de venda caíssem de maneira brusca e se viram sem o auxílio da CONSEA (VIGISAN, 2020).

Durante seu mandato necropolítico[[6]](#footnote-6), com narrativas “antigovernamentais” baseada fortemente numa falta de empatia social, Jair Bolsonaro vetou duas importantes leis que auxiliariam ao enfretamento da pandemia as comunidades indígenas, agricultores familiares e camponeses (SAUER, 2022): a lei 14.021 de 2020 viabilizaria o acesso à água potável, materiais de higiene extremamente necessários para prevenção à Covid-19 e leitos em hospitais às comunidades indígenas, e a lei 14.048, também do ano de 2020, que prestaria auxílio emergencial aos agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises referentes aos impactos sofridos pelo setor alimentar durante e após a pandemia apresentam um viés político na condução das políticas públicas alimentares que, ainda que seguidos por fatores específicos do período, como o isolamento social, desmantelou ou aboliu diversos programas assistencialistas e estratégicos frente ao combate à fome, à Insegurança Alimentar no Brasil e ao desenvolvimento e apoio à população rural e tradicional (como agricultores familiares, comunidades indígenas e quilobolas, camponeses e trabalhadores ruais).

Ao observar que padrões semelhantes podem ser encontrados tanto no período pós-Golpe quanto na pandemia evidencia que a piora dos índices de segurança alimentar, insegurança alimentar e fome configuram-se em um processo político contínuo de desmantelamento estatal para tais frentes (governos neofascistas e de extrema direita como o de Jair Bolsonaro), e muito associado a um viés neoliberal da economia, uma vez que, durante os governos petistas, nos dois primeiros mandatos de Lula e consecutivamente os dois de Dilma, foram notados movimentos contrários dos dados, com os níveis de segurança alimentar aumentando, assim como diminuindo a insegurança alimentar e nutricional no país.

Além do desmonte observado por meio do corte ou encerramento do repasse de verba de programas alimentares, houve também o declínio econômico que aumentou o preço dos alimentos e ainda diminuiu a renda *per capita* dos brasileiros, de modo que o acesso em geral à comida, tanto ultraprocessada quanto in natura e de nutrientes necessários fossem mais limitados para a população durante os quatro anos de governo Bolsonaro.

Dessa forma, é perceptível, primeiramente, o caráter multidisciplinar da garantia de bons índices de segurança alimentar, como a existências de programas assistencialistas, bom controle da economia, condições da população arrecadar recursos suficientes para a compra de alimentos e um governo que não naturalize desigualdades históricas sociais e econômicas. No entanto, apesar de tantas variáveis, também é notório que tais elementos demonstraram-se interligados pelo fator político. Enquanto os investimentos e a participação popular mantinham-se em alta, como nos governos petistas, os percentuais alimentares apresentavam bons resultados.

O impeachment de Dilma em 2016, apesar de não ser o marco inicial das pioras nos níveis de segurança alimentar e fome, apresenta-se como o principal catalisador de corte de gastos aos programas assistencialistas, evidenciando o caráter mais neoliberal da economia, tanto no governo Temer quanto Bolsonaro, afastando-se de um *welfare state*.

A pandemia, devido às necessidades específicas de seu período como isolamento social, menor mobilização em geral da população e consequentemente de recursos, aparenta um aspecto inevitável de queda dos índices. Entretanto, apesar de que em parte poder ser caracterizado desta forma, existem fatores anteriores a este período que já caminhavam nesta direção, como por exemplo, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo governo de Michel Temer. Além disso, a própria condução do Estado brasileiro durante o período carrega ações voluntárias do governo que prejudicaram a população, como o viés negacionista e necropolítico de Bolsonaro quanto ao coronavírus, a relutância em aumentar os gastos em assistência ao povo neste tempo e vetos em leis que favoreceríam minorias altamente desfavorecidas históricamente e com vulnerabilidades sociais e econômicas maximizadas durante o período de pandemia.

Portanto, pode-se observar que, ainda que referente a um período de crise mundial, em razão de um vírus não propriamente controlado, o campo político possuiu ligação direta com os resultados sociais negativos, especialmente na esfera de segurança alimentar, que teve diversos programas com recursos diminuídos e encerrados anteriormente, aumento de preço nos mercados simultaneamente à diminuição do poder de compra da população.

Após uma eleição com índices acirrados e polarização política brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores- PT), que teve sua candidatura impedida em 2018, assumiu a presidência pela terceira vez em 2023. Tanto em seus discursos durante o período eleitoral quanto em suas aparições públicas após sua posse, Lula fez questão de demonstrar que seu governo seria diferente que os quatro anos anterirores, de governo Bolsonaro.

Mais do que nunca, o Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional, que destrói o investimento público e das empresas, e que dilapida o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando opaís ao atraso e ao isolamento internacional (TSE, 2022a, p.02).

Os compromissos de campanha de Luiz Inácio para seu terceiro mandato incluíram pricipalmente o combate à miséria da população, à desigualdade e fome. Durante o discurso de sua posse, o atual presidente se emocionou ao citar a fome e a pobreza que tiveram índices crescentes no governo Bolsonaro, quando segundo Lula, o país “andou para trás”. Pode ser compreendido diante de seu discurso e de seu plano de governo (2023-2026), intitulado “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação Do Brasil”, que as prioridades do terceiro mandato de Lula, portanto, são a superação e enfrentamento da insegurança alimentar no país, que retornou ao Mapa da Fome além do compromisso com direitos sociais, inclusão e acessibilidade.

**REFERÊNCIAS**

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 6 ed. Rio de Janeiro: **Civilização brasileira**, 2006.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

CUNHA, Joaci de S. Governo Temer: Relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. **Cadernos do CEAS**: Revista crítica de humanidades, n. 241, p. 301-326, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO; José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Iza. A questão agrária no governo Bolsonaro: pósfascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787. Acesso em: 01 jul. 2023.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio Rennó. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. 2. ed. Food for Justice Working Paper Series, n. 4. Berlin: **Food for Justice**: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

MATTEI, Lauro. A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer. **OKARA**: Geografia em debate. João Pessoa, 2018.

MAGALHÃES, Graziella; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. Efeitos Econômicos e Distributivos da pandemia de Coronavirus no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2020.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia; PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros; FERREIRA, Andrea; BARRETO, Mauricio Lima; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt#ModalTutors. Acesso em: 01 jul. 2023.

SAUER, Sérgio. Authoritarian populism, neo-fascism and 2022 national elections: Agrarian implications from the advance of the extreme right in Brazil. **Revista NERA**, v. 25, n. 63, p. 26-48, mai.-ago., 2022. DOI: 10.47946/rnera.v25i63.9519

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z.; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SCHOTTZ, Vanessa. A incorporação de princípios de segurança alimentar e nutricional ao programa nacional de alimentação escolar: trajetória e perspectivas. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 39, n. 1, p. 80-98, 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026: Coligação Brasil da Esperança. Brasília: **TSE**, 2022a. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 01 jul. 2023.

1. Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), milenaevangelistaunb@gmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Faculdade UnB Planaltina (FUP), [sauer.sergio@gmail.com](mailto:sauer.sergio@gmail.com). [↑](#footnote-ref-2)
3. O Programa Bolsa Família é o mais abrangente programa de transferência condicionada de renda. Em maio de 2006, beneficiou 9,2 milhões de famílias, representando uma cobertura de 83,2% das famílias pobres do Brasil. Fonte: (VAITSMAN; RODRIGUES, 2006, p.14). Foi publicamente criticado pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, em seu perfil no Twitter, em que chamou o auxílio de “Bolsa farelo” e “voto de cabresto”. [↑](#footnote-ref-3)
4. O adiamento da busca por atendimento médico por parte da população pela insegurança e medo de contaminação, tendem a ter consequências da pandemia ainda não dimensionadas à longo e médio prazo. [↑](#footnote-ref-4)
5. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) realizou o inquérito populacional para analisar a IA no Brasil no contexto da pandemia. [↑](#footnote-ref-5)
6. O modo operandis de Bolsonaro é baseado em uma narrativa “antigovernamental”: ele culpabiliza inimigos políticos , ideológicos ou outros por sua própria incompetência gerencial. Seu poder político é baseado na morte e discursos negacionistas (SAUER, 2022). [↑](#footnote-ref-6)